XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

MOVIMENTO SOCIAL E EDUCAÇÃO SOCIAL: CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL

Nathália Potiguara de M. Lima

nathaliapotiguara@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Brasil

RESUMEN

Historicamente a questão da cidadania apresenta-se como um elemento comum da relação entre educação e movimentos sociais. O termo *cidadão* provém do latim *civitas* que está relacionado as atitudes dos indivíduos e a forma como interagem uns com os outros em sociedade. Na civilização grega adquiriu significados de liberdade e igualdade voltando-se a noção dos direitos e deveres civis. Isto posto, a literatura científica mostra que os movimentos sociais surgem na tentativa de reconhecimento dos direitos civis de grupos excluídos, pelo incontentamento diante de causas específicas, garantindo, portanto, o direito de manifestação política em busca por justiça. Teoricamente, e apenas em teoria, as políticas que regem a sociedade de um Estado democrático de direito estão pautadas no conceito de igualdade para todos, no entanto, este mesmo Estado legitima o ideário da classe dominante que discrimina e culpabiliza as classes marginalizadas pela situação em que se encontram. Isso acontece com a população em situação de rua que não obtém os recursos e condições necessárias à permanência e qualificação profissional nos parâmetros desejados pela sociedade, e, por isso, não se encaixam na forma legítima de vida estabelecida, tendo seus caminhos traçados à pobreza. A pedagogia para a liberdade de Paulo Freire considera que a educação é um campo catalisador de transformações sociais profundas, sendo ela em caráter formal ou não-formal, promovendo não o conformismo e a obediência, mas a liberdade de pensamento e de expressão, o espírito crítico e construtivo. Freire tece críticas diretas a educação bancária ou tradicional, que invisibiliza o sujeito social, para reivindicar em seu lugar uma educação libertária que valoriza a vivência social do indivíduo independente da sua posição em sociedade. Afim de aprofundar estas questões, a presente pesquisa tem como objetivo discutir sobre a contribuição dos movimentos sociais como caminho para o acesso aos direitos da sociedade na perspectiva da educação social, entendendo que o processo de aprendizagem não se reduz a transmissão do conhecimento em torno de um conteúdo específico mas ultrapassa a capacidade de apreensão dos saberes contidos em livros para se expressar através da atuação de cada indivíduo na sociedade, em todos os espaços, grupos e contextos. A base teórica preliminar que orienta as considerações aqui presentes parte da teoria dos movimentos sociais, educação social, bem como, o materialismo-histórico dialético. Para tanto, foram utilizados como métodos de investigação, a pesquisa bibliográfica e documental a partir das abordagens de autores como Paulo Freire, Maria da Glória Gohn, Maria Stela Santos Graciani, Maria Lucia Lopes da Silva e Karl Marx.

ABSTRACT

Historically, the issue of citizenship is a common element in the relationship between education and social movements. The term citizen comes from the Latin civitas that relates the attitudes of individuals and the way they interact with each other in society. In Greek civilization acquired meanings of freedom and equality, turning the notion of civil rights and duties. Thus, the scientific literature shows that social movements emerge in the attempt to recognize the civil rights of excluded groups, by their discontent with specific causes, and thus guarantee the right of political expression in search of justice. Theoretically, and only in theory, the policies governing the society

of a democratic state of law are based on the concept of equality for all, but this same state legitimizes the ideology of the ruling class that discriminates and blames the classes marginalized by the situation in that meet. This happens to the population in a street situation that does not obtain the resources and conditions necessary for the permanence and professional qualification of the parameters desired by society and, therefore, do not fit into the established legitimate way of life, having its paths traced to poverty. Paulo Freire's pedagogy for freedom considers education to be a catalyst for profound social transformations, whether formal or non-formal, promoting not conformity and obedience, but freedom of thought and expression, the spirit critical and constructive. Freire makes direct criticisms of banking or traditional education, which makes the social subject invisible, to claim in its place a libertarian education that values the social experience of the individual independent of his position in society. In order to deepen these questions, this research aims at discussing the contribution of social movements as a way to access the rights of society in the perspective of social education, understanding that the learning process does not reduce the transmission of knowledge around a specific content but surpasses the capacity of apprehension of the knowledge contained in books to express themselves through the action of each individual in society, in all spaces, groups and contexts. The preliminary theoretical basis guiding the considerations here is part of the theory of social movements, social education, as well as dialectical materialism-historical. For this purpose, bibliographic and documentary research were used as research methods, based on the approaches of authors such as Paulo Freire, Maria da Glória Gohn, Maria Stela Santos Graciani, Maria Lucia Lopes da Silva and Karl Marx.

Palabras clave

cidadania; movimentos sociais; pedagogia social; população em situação de rua.

Keywords

citizenship; social movements; social pedagogy; population in the street.

I. Introducción

A história do fenômeno da População em Situação de Rua (PSR), remonta ao surgimento das cidades pré-industriais, ao início da composição de uma sociedade urbana em decorrência do desenvolvimento do capitalismo (Silva, 2009). Entende-se a PSR como uma expressão radical da "questão social", sendo um dos grupos que expressa mais fortemente a materialização da violência imposta pelo sistema capitalista sobre as vidas humanas.

Considerando que a sociedade capitalista se organiza com base na compra e venda da força de trabalho, pode-se inferir que, a legitimidade social e a dignidade pessoal, afirmam-se (in)diretamente através da ética do trabalho. Sendo assim, quando não se desempenha a principal ferramenta para o reconhecimento e prestígio social - a mão de obra formalmente ativa -, nosso processo de sociabilidade humana pode ser abalado, pois não correspondemos ao perfil moralmente bem-visto. Diante disso, a PSR é estigmatizada pela sociedade, especialmente, pela própria classe trabalhadora, pois não obtém as condições necessárias à permanência e qualificação profissional nos parâmetros desejados pelo mercado de trabalho. E não se encaixam, portanto, na forma legítima de vida estabelecida socialmente.

As pessoas em situação de rua resistem diariamente à fome e a todas as formas de violência, travando batalhas cotidianas pela sobrevivência. Trata-se de um fenômeno complexo, heterogêneo, urbano, internacional, que possui múltiplas determinações. Por isso, estar nessa condição, raramente é resultado de uma sequência do tipo <<causa-efeito>>. Um grande número de infortúnios pode ocorrer simultaneamente, colaborando para tal fim, há uma série de aspectos e fatos que influenciam a sua existência como, por exemplo: conflito/violência familiar, problemas associados ao uso de álcool e outras drogas (que muitas vezes se apresenta como consequência desta condição, e não causa), transtornos mentais, fracasso ou interrupção do processo de desenvolvimento escolar, perda de todos os bens em desastres naturais, etc. Dito isso, as principais características das pessoas que compõem o segmento incluem: vínculos familiares interrompidos ou fragilizados; situação de pobreza extrema; acomodação em locais públicos pela inexistência de moradia convencional;

ausência de vínculos empregatícios formais, não-acesso à educação, saúde, e as sucessivas experiências de violações de direitos.

Embora este segmento seja cada vez mais percebido nos centros urbanos do Brasil, nem todos os estados e municípios do país apresentam um censo para análise dos indicadores populacionais deste grupo. As informações sobre a população investigada ficam, portanto, limitadas a estudos ocasionais, e pesquisas censitárias sem periodicidade regular necessária para a avaliação do fenômeno detalhadamente, afetando assim, a possibilidade de construção de políticas públicas efetivas para o atendimento às pessoas em situação de rua. Há uma movimentação por parte do Estado brasileiro, desde a década de 1990, na formulação de políticas públicas para a PSR, entretanto, mais de duas décadas depois, tais políticas são, ainda, incipientes. Por outro lado, o que se observa frequentemente são medidas pautadas na violência, de caráter discriminatório, e cunho higienista, que visam o extermínio desse grupo nos centros urbanos. A exemplo disso, ocorreu, em 2004, um episódio conhecido como o massacre da Praça da Sé, em São Paulo. Neste lamentável acontecimento, sete moradores de rua foram mortos e quinze ficaram gravemente feridos devido a ação truculenta de agentes do estado, em decorrência das ordens de limpeza social na praça. Após o ocorrido, pessoas em situação de rua, em parceria com outros movimentos sociais, organizaram-se em busca da garantia dos direitos básicos à vida do segmento.

O Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) surge, portanto, como principal organização da luta deste segmento no país, apresentando como principais pautas de reivindicação: o direito à moradia, emprego/renda, saúde, alimentação, educação (formal e não-formal). Atualmente, o MNPR atua em quatorze estados brasileiros, dentre eles, o Rio Grande do Norte (lócus da pesquisa). Fundado em 2012, o MNPR/RN busca, com base nos princípios que norteiam a luta nacional do segmento, a conquista dos direitos dessa população através de políticas públicas na esfera Municipal e Estadual. A respeito das atividades desenvolvidas pelo MNPR/RN, destaca-se a realização dos Encontros de Formação Política (EFP) para o segmento, iniciados em 2016. Tais Encontros, que se constituem como objeto desta investigação, são compreendidos como o núcleo do processo educativo do MNPR/RN, pois entende-se que a educação não se caracteriza

apenas por práticas de ensino institucionalizadas como aquelas existentes nas escolas, mas abrange, sobretudo todos os processos de formação dos indivíduos (Gohn, 2012).

Os Encontros de Formação Política vão se movendo na direção da educação popular ao oportunizar o embate de opiniões, o amadurecimento da consciência política dos participantes, a discussão sobre Direitos Humanos, bem como, o despertar do exercício da curiosidade e da argumentação. Freire (2014), afirma que a educação popular é, sobretudo, o processo permanente de refletir a militância. Sendo assim, a prática educativa é também uma prática política. Seguindo esta mesma perspectiva, Gohn (2012), aponta que as práticas educativas nos movimentos sociais são planejadas em um contexto em que não há hábitos, comportamento, rotinas ou procedimentos preestabelecidos. O que há, são princípios norteadores assimilados por todo o grupo, que constroem a metodologia da ação segundo as necessidades que a conjuntura lhes coloca. Deste modo, compreende-se, enfim, que a educação enquanto prática do movimento social, pode promover o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos, à medida em que faz com que estes percebam-se como construtores e transformadores da realidade. Do mesmo modo, a prática educativa desenvolvida nos EFP pode atuar como ferramenta de organização política dos sujeitos e luta por direitos.

Diante das considerações supracitadas, pode-se inferir que, dada a organização da vida social em torno do modo de produção capitalista, a erradicação do fenômeno da População em Situação de Rua (PSR), encontra grandes limitações. A cada esquina, podemos nos deparar com pessoas nesta condição, pois tal fenômeno tem ganhado proporções cada vez maiores. Segundo dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS), foram registradas 50 mil pessoas em situação de rua em todo o país no ano de 2008, este foi o último levantamento sobre os índices populacionais do segmento, por isso é seguro afirmar que de lá para cá, este número alterou-se para percentuais maiores. Tal fato, agrava-se, devido a conjuntura política atual do país. O Brasil convive, hoje, sobretudo após o golpe de Estado de 2016, com um cenário de fragilidade democrática e avanço de uma plataforma de governo neoliberal, que aprofundam ainda mais as desigualdades sociais que, por sua vez, contribuem para precarizar as condições de vida da classe trabalhadora e intensifica ainda mais o fenômeno social discutido neste projeto: a população em situação de rua. Nesta conjuntura, prevalece um cenário de criminalização

por parte do Estado – e legitimado pela mídia -, aos movimentos sociais, bem como, de precarização das condições de trabalho (ou ausência total deste), aumentos de impostos, redução de benefícios e direitos sociais. Diante disso, constata-se, que, de fato, a reprodução do segmento pesquisado está diretamente relacionada à conjuntura do país. Nesse sentido, a luta do MNPR por políticas sociais, e pela garantia real de direitos elementares à PSR, historicamente negligenciados pelo Estado, é mais do que legítima, além disso, acredita-se que as atividades de formação política desenvolvidas pelo Movimento em Natal/RN, se apresentam como espaços propícios de transformação social.

Sendo assim, o objetivo geral deste estudo consiste em: analisar os aspectos educativos, inerentes às atividades de Formação Política desenvolvidas pelo movimiento social da população em situação de rua, na construção da consciência e atuação política do segmento. Elencam-se como objetivos específicos: I) mapear a realização das atividades de formação política para o segmento; II) verificar a finalidade/propósito das atividades; III) analisar a percepção do grupo sobre os trabalhos realizados;

II. Marco teórico/marco conceptual

Para compreender o objeto em investigação, confere-se centralidade à discussão sobre movimentos sociais e educação popular, tomando como principal aporte teórico-conceitual as obras de Maria da Glória Gohn e Paulo Freire, assim como também recebe destaque a discussão sobre pauperismo social, entendendo-o como uma expressão da "questão social" e do atual modo de acumulação do capital nos países periféricos, como o Brasil.

Entende-se que a realidade social aparente, captada através dos sentidos (sobretudo visão e audição), esconde processos sociais anteriores, e por isso, adota-se a perspectiva da teoria social marxiana como forma de tentar superar a aparência do fenômeno em investigação. Trata-se, portanto, de compreender a realidade a partir do seu caráter ontológico, buscando apanhar o objeto em sua totalidade e desvelando as determinações mais profundas que o configuram (Tonet, 2005).

Para além desta perspectiva, as reflexões teóricas serão realizadas sob a visão de outros autores que dialogam, em certa medida, com as considerações marxianas, como: Ivo Tonet e István Mészáros críticos no âmbito da discussão sobre educação e as contradições desse campo na sua

relação com a sociedade capitalista; consideram-se também as contribuições teóricas da autora Maria Lúcia Lopes da Silva, referência na discussão da temática sobre PSR e suas relações com o mundo do trabalho; como já citado, Maria da Glória Gohn, autora renomada nos conhecimentos acerca dos movimentos sociais e Educação no Brasil; e por último, porém não menos importante, Paulo Freire, célebre autor brasileiro, que tinha como objetivo a defesa de uma escola voltada para a formação de alunos capazes de "ler o mundo" para então, poder transformá-lo. Este autor, dedicou as suas produções na temática sobre a Educação Popular, sobre a educação como prática humana e libertadora, e é referencial para a Educação de Jovens e Adultos pelo seu método de alfabetização pensado para este público.

III. Metodología

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir de métodos de investigação integrados à abordagem qualitativa, pois entende-se que este método possibilita uma melhor apreensão do objeto de estudo definido. De acordo com Martinelli (1994), a realização de estudos qualitativos permite a apuração de informações diversificadas, e facilita conhecer mais plenamente os sujeitos com os quais se dialoga. A abordagem qualitativa que fundamenta essa pesquisa tece, portanto, uma relação entre o sujeito e o mundo em que ele está inserido, numa sociedade em contínuo processo de transformação, que busca interpretar seus fenômenos, imputando-lhes significados e sentidos.

Para apreender tal realidade e tais sentidos, o trabalho de campo foi desenvolvido através de observações participantes, registradas em diário de campo, e realização de entrevistas semiestruturadas com questões abertas, gravadas com equipamento de áudio e posteriormente transcritas para fins de análise. A técnica de observador participante foi adotada por permitir a constante interação da pesquisadora com o grupo investigado, facilitando o processo de apreensão do conteúdo, tensões e diálogos nos Encontros de Formação Política (EFP). Além disto, se configura como uma estratégia para identificar aqueles atores que poderão, por meio das entrevistas, aprofundar informações que foram observadas ao longo da imersão.

As entrevistas conduzidas foram organizadas a partir de um roteiro semiestruturado, pois, deste modo, é possível tanto contemplar as questões que respondam aos objetivos de pesquisa, quanto acrescentar outras questões que não tenham sido pensadas no momento de construção do

roteiro. Portanto, o roteiro, foi elaborado com base nas informações registradas em diário de campo, apreendidas através das observações realizadas nas imersões em campo. É necessário dizer que, o total de entrevistas realizadas foi definido levando em consideração o processo de saturação teórica.

Como critério de inclusão dos sujeitos participantes das entrevistas, elencou-se: pessoas em situação de rua que frequentam os EFP do Movimento, além de, coordenadores e representantes de base do MNPR/RN. A escolha de tais critérios justifica-se pelo fato de tais sujeitos, fazerem parte da construção histórica do Movimento, e por isso, são capazes de conhecer mais profundamente a organização do MNPR/RN, as principais dificuldades, as atividades promovidas, as conquistas, e principalmente, as mudanças ocorridas (ou não) em suas experiências particulares na militância, sendo elementos fundamentais para a análise dos objetivos delimitados neste estudo.

IV. Análisis y discusión de datos

Os momentos de formação política acontecem mediante a presença de uma educadora social, ex moradora de rua, que articula o grupo para discutir assuntos de interesse coletivo. Estes encontros, promovidos pelo MNPR/RN, acontecem uma vez por semana em uma sala de aula cedida pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN, apesar desses momentos serem realizados em uma sala de aula convencional, a prática educativa desses encontros nada se assemelha ao que conhecemos de uma aula formal.

Compreende-se que a educação atua como ferramenta essencial para o desenvolvimento da autonomia do sujeito fazendo com que este se perceba como construtor e transformador da realidade em que vivemos. A educação consiste em uma ferramenta de organização política dos sujeitos e luta por direitos. Com ela as chances de reinserção destas pessoas no mercado de trabalho e a superação da extrema pobreza tornam-se mais palpáveis. Mas, como transformar a realidade se não temos as ferramentas necessárias? E ainda, que ferramentas são essas?

> “Nos movimentos sociais a educação é autoconstruída no processo e o educativo surge de diferentes fontes, a saber: a) Da aprendizagem gerada com a experiência de contato com fontes de exercício do poder; b) Da aprendizagem gerada pelo exercício repetido de ações rotineiras que a burocracia estatal impõe; c) Da aprendizagem das diferenças existentes na realidade social a partir da percepção das distinções nos tratamentos que os diferentes

> grupos sociais recebem de suas demandas; d) Da aprendizagem gerada pelo contato; e) Da aprendizagem da desmistificação da autoridade como sinônimo de competência, a qual seria sinônimo de conhecimento. O desconhecimento de grande parte dos "doutores de gabinete" de questões elementares do exercício cotidiano do poder revela os fundamentos desse poder: a defesa de interesses de grupos e camadas" (Gohn, p.56, 2012).

Tratando-se de um grupo que está às margens da sociedade, é indiscutível que direitos básicos da vida humana lhes são negligenciados, sendo assim, a educação certamente não está na lista de prioridades na vida dessas pessoas, o que nega a inexistência de um desejo ao conhecimento por parte delas. É possível e necessário indagar a respeito da real importância que a educação assume na vida desses sujeitos que tem fome, não de livro e, talvez, não de conhecimento formal, mas sim de comida, que tem saudade, não da escola com suas carteiras alinhadas e um professor detentor do saber pleno ditando ordens, mas sim dos seus vínculos familiares e culturais.

Paixão, saudade, tristeza, esperança, desejo, sonhos rasgados, mas não desfeitos, ofensas, saberes acumulados, nas tramas inúmeras vividas, disponibilidade à vida, temores, receios, dúvidas, vontade de viver e de amar. Esperança, sobretudo (FREIRE, 2011, p. 49). Sabe-se que as necessidades emergenciais são outras, no entanto, estas constatações não devem ser interpretadas como justificativa para não pensar uma prática educacional que esteja de acordo com os anseios desses sujeitos e que colaborem para o reconhecimento social desse grupo, bem como, pela conquista de direitos através de políticas públicas.

Logo, os encontros de formação política apresentam traços semelhantes ao que conhecemos da metodologia aplicada na educação popular. Esclarín (2005, p.33-34) afirma:

> O objetivo da Educação Popular não pode ser apenas fornecer conhecimentos, habilidades, promover os educandos, dar títulos e certificados, mas deve-se orientar para a formação de pessoas plenas, modelar corações fortes, solidários, gerar cidadãos capazes de comprometer-se com o bem comum, conscientes de que a sobrevivência da humanidade passa pela convivência, e que o egoísmo, o individualismo e as agressões à natureza, são formas anunciadas de suicídio. Precisamos atrever-nos a transformar os centros educativos em oficinas de humanismo, e a fornecer títulos de pessoas verdadeiras. A educação não pode ser apenas um

> meio de ganhar a vida, precisa ser essencialmente um meio de oferecer a vida aos outros, provocar neles a vontade de viver com sentido e com projeto, com metas e ideias.

Entende-se que a educação deve promover não o conformismo e a obediência, mas a liberdade de pensamento e de expressão, o espírito crítico sincero, construtivo e honesto. À luz dos pensamentos de Freire (1997) e outros teóricos, considera-se que a educação é um campo catalisador de transformações sociais profundas, sendo ela em caráter formal ou informal.

Os encontros de formação política são o núcleo de desenvolvimento do processo educativo no Movimento em Natal/RN. Algumas atividades de aprendizagem são realizadas nos equipamentos sócio assistenciais de atendimento à população em situação de rua, como por exemplo, as oficinas de cinema e debate, produção de artes (com papel machê, pinturas, reciclagem, etc.) promovidas no Centro Pop.

A participação nessas atividades não é obrigatória, no entanto, muitos dos envolvidos ao relatarem suas impressões sobre tais aprendizagens citam:

> Aprender a fazer dobradura, mexer com papel machê... Quem quer saber disso?! O que interessa para gente é alguma coisa que a gente possa trabalhar, aprender hoje e procurar trabalhar com isso amanhã. Aprender a mexer com eletricidade para fazer "bico", ser cabeleireiro (POPRUA 1. Ago, 2016).

A partir dessa fala percebemos claramente o caráter emergencial na necessidade de se apropriar de um dado conhecimento que proporcione a eles uma mínima possibilidade de ganho (financeiro) com tal aprendizagem visando sua sobrevivência, em outros termos, "o pão de cada dia". Esse é o desejo da maioria e alguns esforços têm sido feitos para possibilitar o ensino desse tipo de atividade mencionada no depoimento. No entanto, o que não podemos ignorar é que há uma lógica perversa envolvida nesse tipo de oferta.

A capacitação em certos tipos de atividade profissional não significa superação da condição de rua, ou ao menos conquista de direitos. O que acontece é uma manutenção da pobreza, ao mesmo tempo em que habilitamos essas pessoas a trabalharem com algo, as conduzimos a ocuparem funções precarizadas nos postos subalternos da sociedade. No vai e vem dos dias, por não possuírem as condições mínimas necessárias para bancar os dias em que não houve nenhum lucro elas continuam

condicionadas à situação de rua. Isso não quer dizer que nada deva ser feito, ou que as atividades de capacitação dessas pessoas no mercado de trabalho, ainda que em postos subalternos, não deva ser apresentada como um caminho. Entretanto, devemos reconhecer que assim como a educação não basta para emancipar um sujeito, esse tipo de ocupação também não é garantia de segurança.

Outra iniciativa interessante ocorrida na formação política fora a criação de "células de debate". Essa ideia surgiu a partir de uma discussão do grupo em relação à divulgação das informações sobre tudo o que envolve os interesses e demandas do Movimento de Natal nas agendas de Brasília. O interesse coletivo é de que as articulações realizadas em Brasília, através do representante local do movimento, fossem compartilhadas com o grupo para um acompanhamento mais próximo do que está sendo feito. A queixa era de que certas informações não são repassadas devido à ausência do representante local em alguns momentos de encontro do grupo, e por isso, alguns sentem-se alheios àquilo o que está sendo feito pelo movimento.

Esse momento culminou na criação de seis células de debate com o objetivo de proporcionar ao grupo o diálogo sobre temas e questões escolhidas a partir do interesse de todos, por isso, os temas de discussão delimitados para cada célula foi definido por votação e sugestão do grupo. Sendo assim, as células abrangem as temáticas: saúde; serviço social; habitação; eventos/divulgação; economia solidária (trabalho e renda); educação popular.

Para a mediação de cada célula foram escolhidas pelo menos duas pessoas para estar à frente do processo de desenvolvimento das discussões, dentre as pessoas escolhidas o critério estabelecido foi de que pelo menos uma delas tivesse familiaridade com a temática, ou ao menos, interesse pela busca de informações que pudessem ser compartilhadas com o grupo. Ao final deste processo, cada célula foi contemplada pela liderança de uma pessoa em situação de rua e outra vinculada a Universidade ou a alguma instituição de trabalho/atendimento do segmento, membros frequentes dos momentos de formação política.

Essa deliberação ressalta o princípio básico da organização deste Movimento, a da democratização das ações. Ainda que haja um representante, uma liderança do grupo, deve-se prezar sempre pela participação de todos nos processos de construção do movimento, em aspectos organizacionais, e no desenvolvimento de atividades propostas. Mesmo que pareça simples e aceita por todos, essa

democratização nem sempre funciona. Alguns integrantes do movimento não se sentem representados pelo líder, não acreditam na força deliberativa das ações do movimento e não trazem propostas construtivas de mudanças.

Os encontros de formação política representam mais que um momento de conversa e controvérsias, são momentos formativos de sociabilidade, da aprendizagem de práticas de convivência, do respeito ao próximo, da argumentação e contra argumentação, oportunidade de ouvir e ser ouvido, resgate de uma autoestima perdida pela invisibilidade da sua condição. A formação política consiste, portanto, em momentos preciosos para fortalecer vínculos e quebrar estigmas desse grupo sobre ele mesmo, e das pessoas que se aproximam para conhecer mais sobre as pessoas em situação de rua e sua realidade.

V. Conclusiones

As ponderações realizadas nesta pesquisa foram geradas com o intuito de apresentar a população em situação de rua segundo aspectos já conhecidos e também outros pouco considerados, o da formação e atuação política.

Certas características já são bem conhecidas pelo imaginário social, e infelizmente elas não fazem parte apenas de um imaginário. Trata-se de pessoas que vivem à margem da sociedade, sem moradia, sem renda, com vínculos familiares fragilizados e que lidam diariamente com a violação de direitos básicos à dignidade humana.

Considerando as particularidades do público alvo desta pesquisa é certo afirmar que o desenvolvimento de qualquer atividade com este segmento configura-se em um grande desafio para os profissionais atuantes. Pessoas em situação de rua, em sua maioria, encontram-se na condição de andarilhos, sendo assim, o trabalho contínuo com este grupo muitas vezes torna-se impossível. Opta-se muitas vezes pelo desenvolvimento de atividades espontâneas, emergenciais, e de curto prazo o que resulta em atividades “passatempo” pouco contribuintes para a formação destes sujeitos.

A atuação do educador neste contexto não deve ser direcionada à um ato de assistencialismo, considerando que a construção do saber se estabelece a partir da troca de conhecimentos, é necessário ouvir os educandos, suas expectativas e anseios para que o planejamento pedagógico nesta perspectiva atinja os reais interesses desse público. Construir conhecimento a partir do contexto dos

educandos não significa, no entanto, estagnar-se. Atuar a partir do contexto significa construir caminhos para avançar o conhecimento a partir de uma prévia identificação do educando com o conteúdo/atividade/proposta almejada.

Embora este segmento seja composto por pessoas afetadas por múltiplos estigmas socialmente construídos, e ainda que tenham que lidar com questões emergenciais de sobrevivência humana, como por exemplo, ter o que comer e onde se abrigar, este grupo é potencialmente capaz de se organizar enquanto movimento social, composto por sujeitos dotados de consciência política, de cidadãos de direitos e de militantes em buscas de mudanças sociais.

A formação política, enquanto prática formativa, tem como objetivo possibilitar as pessoas em situação de rua a apreensão de conhecimentos a respeito dos seus direitos, a reivindicação pela criação de políticas públicas e construção da pauta de lutas do Movimento. Se não houver a consciência de direitos, não há movimento social. Neste sentido, a formação política atua para alertar, formar, construir estratégias de luta e atuação em busca da conquista por direitos. No âmbito acadêmico são poucos os estudos, projetos de pesquisa e extensão voltados para o trabalho e conhecimento do fenômeno da população em situação de rua, e é urgente a necessidade de que profissionais de diferentes áreas possam se apropriar deste assunto para que venham futuramente colaborar para as mudanças pretendidas às pessoas nesta condição.

A invisibilidade da questão social aqui discutida, muitas vezes gera a sensação de que não há nada para ser enxergado ou feito, naturaliza-se o problema e abre-se mão de mudanças reais. No entanto as vozes que um dia foram pronunciadas ao vento, ignoradas por tantos, passaram a clamar por outras coisas para além de um "trocado" ou de uma "ajuda", essas vozes se encontraram e juntas proclamam um grito de transformação.

VI. Bibliografía

ESCLARÍN, Antonio Pérez. **A educação popular e sua pedagogia.** São Paulo: Edições Loyola, 2005.

FREIRE, **Pedagogia da Esperança:** um reencontro com a pedagogia do oprimido**.** 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. Coleção questões da nossa época; v.37. São Paulo: Cortez, 2012.

GOHN, Maria da Glória. **Educação Não-Formal e Cultura Política.** Coleção questões da nossa época; v.26. São Paulo: Cortez, 2011.

MARTINELLI, Lucia Maria. **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio.** Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre identidade – NEPI. Veras Editora, 1994.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008. - (Mundo do trabalho).

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2009.

TONET, Ivo. **Método Científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2005.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital.** 2. ed. rev. 93p. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.